



ATA N.º 14/2023

DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE OUTUBRO DE 2023  
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS,  
REALIZADA A 16 DE OUTUBRO DE 2023

-----No dia 16 de outubro de 2023, no Auditório do Edifício dos Paços do Concelho Séc. XXI, reuniram-se em Sessão Ordinária de setembro, convocada ao abrigo do n.º 2 do Artigo 28.º e da alínea b) do n.º 1 do Artigo 30.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais e do Regimento em vigor, os Membros da Assembleia Municipal de Lagos, com a seguinte **ORDEM DO DIA**:

➤ **PONTO ÚNICO - *Debate sobre o estado do Município.***

-----**ABERTURA DA SESSÃO:** Tendo sido constituída a Mesa com todos os seus Membros presentes, a Sra. Presidente da Mesa, Maria Joaquina Matos (PS), verificada a existência de quórum, deu início à presente Sessão, quando eram 20 horas e 45 minutos, verificando-se as seguintes presenças:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO(A) MEMBRO
PS	Carlos Manuel Martins Saúde Fernandes (Presidente da Junta de Freguesia de São Gonçalo de Lagos)
PS	Carlos Manuel Pereira Fonseca (Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere)
PS	Dina Paula Furtado Bravo Seromenho de Cintra
PS	Duarte Nuno Evangelista Lopes Rio (Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Bensafrim e Barão de S. João)
PS	João Fernando Rosado Reis (Presidente da Junta da Freguesia da Luz)
PS	Joaquim Alexandre Imaginário Russo
PS	José António dos Santos Guerreiro
PS	José Manuel da Silva Jácome (2.º Secretário)
PS	Márcio Filipe dos Santos Viegas
PS	Maria João Travanca Gervásio Batista
PS	Maria Joaquina Baptista Quintans de Matos (Presidente)
PS	Maria Manuela de Jesus Duarte



Fl. 156v.

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**  
**DE**  
**LAGOS**

PS	Maria Manuela Margarido Rodrigues
PS	Maria Paula Dias da Silva Couto (1. <sup>a</sup> Secretária)
PS	Natércia Maria Batista Reigada
PS	Paulo José Lourenço Tovar de Moraes
PSD	Mílvia Filipa Pires de Campos Gonçalves
PSD	Nuno Filipe Carreiro Serafim
PSD	Rui Filipe Machado de Araújo
CDU	Ana Paula Pereira Viana
CDU	José Manuel da Glória Freire de Oliveira
LCF	Amélia da Conceição Ferreira de Paiva
LCF	Fernando de Jesus Ildefonso
CHEGA	Paulo Jorge Rosário Dias
BE	David Eduardo Vicente Roque

-----**SUBSTITUIÇÃO DE MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:**

<b>GRUPO MUNICIPAL</b>	<b>NOME DO MEMBRO</b>	<b>PERÍODO SUBSTITUIÇÃO</b>	<b>SUBSTITUTO</b>
PS	Maria Clara de Paiva Boléo da Silva Rato	Sessão	Natércia Maria Baptista Reigada
LCF	Carlos Francisco Graça da Glória	Sessão	Cristina Luísa Dias Marreiros
LCF	Cristina Luísa Dias Marreiros	Sessão	Amélia da Conceição Ferreira de Paiva

-----**MEMBROS DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOS QUE ESTIVERAM PRESENTES NA REUNIÃO:**

<b>PARTIDO</b>	<b>NOME/CARGO DO(A) MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL</b>
PS	Hugo Miguel Marreiros Henrique Pereira - Presidente
PS	Paulo Jorge Correia dos Reis - Vice-Presidente
PS	Sara Maria Horta Nogueira Coelho - Vereadora
PS	Luís Alberto Bandarra dos Reis - Vereador
PS	Sandra Maria Almada de Oliveira - Vereadora
CDU	Alexandre Afonso Marques Ribeiro Nunes - Vereador
PSD	Pedro Augusto Borges de Lima Palma Moreira - Vereador



-----A Sra. Presidente da Mesa da Assembleia fez a seguinte citação: “O Mundo está assistindo com horror a um ciclo sobrecarregado de violência” Foram estas as palavras proferidas pelo Secretário-geral da ONU, António Guterres, para descrever os dramáticos acontecimentos em Israel e em Gaza, ressaltando que os civis devem ser protegidos em todos os momentos, no respeito e na defesa do Direito Internacional. Tudo o que envolva operações que tenham como destinatários populações civis, indefesas e inocentes, são de condenar, venham ela de quem vierem.” Neste sentido a Assembleia Municipal de Lagos, na sua Sessão Extraordinária de 16 de outubro de 2023: - Expressa o seu profundo Pesar pelos milhares de vítimas desta condenável escalada de violência, nos territórios de Israel e da Palestina, e propõe um minuto de silêncio em sua memória.-----

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA:**

-----**PONTO ÚNICO - APRECIÇÃO DO ESTADO DO MUNICÍPIO DE LAGOS.--**

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, referiu que o Executivo tem um programa assente em quatro eixos, cuja execução tem vindo a ser concretizada. Trata-se de um programa com duração superior a quatro anos e, estando a meio do mandato, gostaria que a taxa de execução fosse um pouco mais elevada. Contudo, sublinhou que o processo é longo e complexo, uma vez que todas as obras carecem de concurso público, implicam recurso a máquinas pesadas e geram críticas frequentes. Esclareceu que a taxa de execução do PPI deve ser analisada em função do que já se encontra cabimentado, ou seja, das obras iniciadas. Neste contexto, foi necessário proceder a ajustes, já concretizados, e a taxa de execução atingia, entretanto, os 40%, valor que considerou bastante significativo. Sublinhou que as pessoas são o grande foco do Município, sendo nelas que tem recaído o maior investimento, nomeadamente no apoio social, no apoio às escolas, para garantir o seu funcionamento, e nos custos associados à prática desportiva. Paralelamente, têm sido inauguradas estradas e escolas, mas a principal preocupação da autarquia é assegurar que os cidadãos não fiquem em situação de necessidade. Referiu ainda que, após a pandemia e perante uma guerra que parecia próxima do fim mas que deu lugar a outro conflito, a inflação e a instabilidade económica têm-se agravado em todo o mundo, com reflexos para além dos territórios diretamente afetados. Apesar disso, o Município tem procurado garantir que nenhum cidadão nem projeto fiquem para trás. Informou que várias obras se encontram concluídas, outras em curso e outras ainda em fase de abertura. No que respeita à política fiscal, recordou que, conforme prometido, não houve aumento de impostos. Acrescentou que o IRS é devolvido, o IMI se mantém na taxa mínima e não se aplica derrama, não comprometendo, por isso, nem a atividade corrente nem os projetos assumidos em diferentes áreas. Destacou como principais desafios do Município as questões da água e da habitação. Sublinhou que a habitação depende diretamente do Município e que estão a ser desenvolvidos esforços neste âmbito. Quanto à gestão da água, embora não dependa exclusivamente do Município, têm sido encetadas diligências junto da Comunidade Europeia para captar fontes de financiamento, exigindo igualmente às Águas do Algarve, S.A. a concretização dos seus projetos para a região. Recordou que a escassez de precipitação obriga, de ano para ano, a uma



ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
DE  
LAGOS

Fl. 157v.

maior poupança de água. Referiu ainda que Lagos foi o Município que mais fundos comunitários recebeu no âmbito do Portugal 2020, encontrando-se já projetos preparados para o Portugal 2030, aguardando apenas a abertura de avisos de candidatura. No âmbito do PRR, há projetos em execução e outros prontos a avançar, sobretudo nas áreas da habitação e da água, o que permitirá minimizar a despesa municipal. Sublinhou que a estratégia passa por financiar obras a fundo perdido através dos fundos comunitários, libertando recursos do orçamento municipal para outros investimentos. Assinalou que um dos projetos em fase de conclusão é o da Ponta da Piedade, cuja obra deverá terminar até final do ano, e que outro projeto relevante é a ampliação do Museu de Arqueologia, para o qual será igualmente assegurado o reembolso.-----

-----O Sr. David Roque (BE) referiu que o Sr. Presidente da Câmara tocou em dois pontos que, para o Bloco de Esquerda, são fundamentais: a habitação e a água. Congratulou o Executivo por partilhar desta consciência, salientando que, relativamente à habitação, o Executivo enfrenta grandes dificuldades perante o mercado especulativo, o que torna difícil fixar pessoas em Lagos. Acrescentou que até a própria indústria hoteleira se queixa da dificuldade em fixar trabalhadores, situação que se repercute também nos serviços públicos, em vários setores, prejudicados pela escassez de habitação. Considerou, por isso, urgente a criação de um banco público de habitação, que permita dar resposta a este problema, uma vez que o mercado não regula, de forma natural, as necessidades sociais, nem deveria ser o seu regulador. No que respeita à água, afirmou que já não se vive apenas uma situação de seca, mas sim de desertificação. Defendeu que é necessário repensar o modelo atual, nomeadamente no que se refere aos edifícios, à gestão da água nos campos de golfe e ao aproveitamento da água reciclada, que continua a não ser utilizada. Advertiu que estas questões já estão a afetar, a curto prazo, o Concelho de Lagos.-----

-----O Sr. Paulo Rosário (CHEGA) afirmou que Lagos tem vindo a registar um aumento da população, sobretudo devido à imigração oriunda da Ásia Central. Considerou que os serviços de saúde estão em colapso, com um número crescente de cidadãos sem médico de família, e criticou a decisão de encerrar o hospital privado existente, quando, em seu entender, seria necessário construir um novo hospital. Referiu ainda que também o sistema de ensino se encontra em colapso, com escolas sobrelotadas, cada vez menos professores e muitos em situação de precariedade. Considerou que a recusa em planear a nova escola, há muito reclamada pelos agrupamentos, agrava a situação. Salientou que Lagos vive um processo de substituição geracional, em que imigrantes passam a ocupar habitações sobrelotadas, enquanto os jovens locais se veem obrigados a sair do concelho devido ao custo elevado da habitação. Criticou a visão que, segundo afirmou, alguns responsáveis políticos transmitem, de que se trata de uma consequência natural do “sucesso” do concelho. Para o CHEGA, esta situação resulta antes da inércia e da incompetência, existindo responsáveis pela falta de investimento em habitação, pela morosidade dos processos de licenciamento e por opções erradas tomadas ao longo dos anos. Sobre a habitação, reiterou que, em todas as reuniões, a oposição alerta



para a insuficiência das medidas adotadas, enquanto o Executivo responde que “faz o que pode”. Considerou que a promessa socialista de construção de 400 fogos não passa de um “logro eleitoral”, salientando que, no melhor dos cenários, não será atingido sequer um décimo desse número. Comparou com os municípios de Portimão e Faro, que, apesar de dificuldades financeiras, têm conseguido lançar a construção de centenas de fogos, ao contrário do Município de Lagos, que, acusou, se contenta com o “poucoquinho” e com a ideia de que “as pessoas votaram em nós, logo estão satisfeitas”. Afirmou que nem o CHEGA nem os lacobrigenses estão satisfeitos e defendeu a necessidade de uma liderança mais ambiciosa e à altura das necessidades do concelho. Relativamente à ETAR, referiu que a situação é visível e, sobretudo, sentida por quem entra na cidade, com maus cheiros e poluição que já originaram a perda de bandeiras azuis. Criticou o Executivo por considerar o problema uma “infelicidade”, afirmando que, para o CHEGA, a atual gestão municipal é, ela própria, uma “infelicidade”. Concluiu afirmando que governar exige trabalho e liderança, e que é a boa liderança que faz a diferença, tornando possível fazer mais com menos. Considerou que, apesar de Lagos ser um Município rico, o seu desenvolvimento é reduzido e que, por isso, “o estado do Município é péssimo”.

-----O Sr. Fernando Ildefonso (LCF) começou por destacar a prioridade atribuída ao ambiente e manifestou alguma abertura do executivo para medidas de melhoria, dando como exemplo a rotunda junto à PSP, onde a relva natural foi substituída por relva sintética. Referiu igualmente que a adjudicação das obras nas ruínas romanas da Praia da Luz são um sinal de preservação patrimonial, contrariando a sua expectativa inicial de abandono por parte do executivo municipal. Passando a aspetos menos favoráveis, salientou, em primeiro lugar, a questão da habitação, afirmando que parece não haver vontade de avançar, já que, apesar de estarem aprovados os regulamentos, ainda não foram atribuídas habitações. Considerou que este é um problema transversal à vida da comunidade, quer de profissionais do Estado (professores, enfermeiros, médicos, oficiais de justiça, etc.) e também dos recursos humanos ligados aos serviços, restauração e hotelaria, situação que pode comprometer a sustentabilidade da atividade turística. Referiu ainda a sobrelotação das escolas e a ausência de obras de ampliação ou de construção de uma nova escola, decorridos já cinco anos, poderá prejudicar a qualidade do ensino. Relativamente à rede pedonal, apontou que muitos passeios continuam por construir em áreas reservadas para esse efeito, porque, alegadamente, segundo o presidente da CML, os proprietários das habitações limítrofes, não autorizam a remoção de arbustos existentes nas áreas reservadas para os corredores pedonais, o que revela uma atitude de medo do presidente em enfrentar as reações dos privados, sem qualquer direito formal, em detrimento do direito formal à segurança dos cidadãos apeados no espaço público reservado para esse efeito. Em relação ao rebaixamento dos passeios junto às passadeiras, observou que não faz sentido proceder ao rebaixamento dos lances mantendo os obstáculos nos passeios, pelo que defendeu maior racionalidade e respeito pelos direitos dos cidadãos com limitações motoras. No que respeita ao Centro Escolar da Luz, referiu que o espaço exterior



# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

Fl. 158v.

permanece inacabado, com cabos e pontos de água expostos e poderia ser objeto de melhoramento para ampliar o parque de estacionamento ou um espaço de lazer e jardim envolvente da escola, não para ser aproveitado para apartamentos a rendas acessíveis como estranhamente referiu e chefe do executivo camarário, uma vez que não tem condições para tal. Criticou também a ausência de passadeiras em zonas de atravessamento frequente de crianças, professores e funcionários, junto do Centro Escolar da Luz. Referiu, por fim, que, junto à Câmara Municipal, existem também passeios inacabados, obrigando os peões, em dias de chuva, a caminhar na lama. Aludiu ainda à Estrada da Luz, na parte final junto ao cruzamento da entrada na Vila, onde poderia ter sido finalizada uma faixa de cerca de 150 metros de passeio pedonal inacabado e que devido aos interesses de construção de um edifício privado, permanentemente adiado, se mantém como mais um projeto inacabado, obrigando os peões a circular pela via automóvel quando podiam ter o seu espaço de pleno direito. Este tipo de situações, mais uma vez demonstram que o chefe do executivo não dá o devido valor à segurança e bem estar dos cidadãos apeados.

Esta intervenção teve a apresentação dos seguintes diapositivos:



-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) referiu que, embora valorizem diversos projetos já concretizados, ainda há muito por fazer. Sublinhou que, com um orçamento superior a 100.000.000,00 € (cem milhões de euros), seria natural que se tivesse já muita obra realizada e muitos projetos concluídos. Reconheceu que,



muitas vezes, se consegue gerir os fundos disponíveis, mas a morosidade dos processos, desde o anúncio até à concretização, acaba por comprometer resultados. Apontou a habitação como um desses exemplos, recordando que, em 2019, foi elaborado um projeto para construção em Bensafrim e no Sargaçal, mas que apenas em 2021 foi lançada a primeira empreitada, estando ainda em 2023 a proceder-se a prorrogações dos prazos de execução. Referiu igualmente a questão das escolas, lembrando que, apesar da posição assumida pela Assembleia Municipal e pela Diretora do Agrupamento de Escolas Gil Eanes, a solução encontrada tem sido forçada, com abertura de concursos e realização de estudos, implicando gastos durante cinco anos. Entretanto, têm-se feito apenas ampliações, quando o que Lagos merecia era a construção de uma nova escola. Relativamente à saúde, afirmou que continuam a existir muitos utentes do concelho sem médico de família, situação que origina numerosas reclamações e que considerou gravíssima, lembrando que já houve melhores condições no passado. Valorizou, no entanto, a abertura do Centro Oftalmológico, considerando-o uma mais-valia para a cidade, embora com listas de espera de dois a três anos. Apontou ainda a degradação do património, cuja responsabilidade é do Poder Central, como um ponto negativo. Quanto às próprias instalações da Assembleia Municipal, lamentou que se continue sem perspetiva de mudança, estando a demorar demasiado tempo a concretização de uma solução para substituir as atuais instalações.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) iniciou a sua intervenção enquadrando a situação atual de Lagos, sublinhando que a cidade é governada por gestão socialista há cerca de duas décadas. Considerou que uma das questões mais transversais é a falta de habitação, de espaços comerciais, de vias de comunicação adequadas e a excessiva concentração urbana. Sobre a mobilidade, criticou a gestão socialista por ter preterido, no último concurso, a aposta em transportes públicos sustentáveis. Relativamente à gestão de resíduos sólidos urbanos, afirmou que não existe uma estratégia inteligente, sendo visível para a população que a limpeza urbana continua pouco eficiente. Em matéria ambiental, referiu que basta passar na ponte e sentir os odores para se constatar o retrocesso neste setor, com reflexos na perda de bandeiras azuis, entre outros impactos negativos. Quanto à habitação a custos acessíveis, criticou a promessa de 430 fogos habitacionais, dos quais apenas pouco mais de 10% serão concretizados, traduzindo-se numa execução mínima. No âmbito da segurança, alertou para o aumento da criminalidade e para a insuficiência de efetivos das forças de segurança. Sobre a saúde, referiu a persistência da falta de médicos de família e a ausência, no Hospital Terras do Infante, de serviços adequados às necessidades da população. Relativamente ao património local, apontou o desleixo no estado das muralhas e de outros elementos patrimoniais. Destacou ainda a inexistência de serviços públicos como berçários e infantários, concluindo que o ano de 2023 não conseguiu dar resposta às necessidades da população nestas áreas.-----

-----O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de São Gonçalo de Lagos, Carlos Saúde (PS), destacou o trabalho desenvolvido pela equipa de profissionais que, diariamente, asseguram a resolução de tarefas nos vários setores da freguesia,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL D E LAGOS

Fl. 159v.

nomeadamente a limpeza de espaços públicos, incluindo as escolas do 1.º ciclo, a dignificação das ruas da cidade, a limpeza de caminhos rurais e a realização de eventos de âmbito local. Valorizou igualmente o trabalho do funcionário administrativo responsável pelo atendimento ao público. Relativamente à construção da nova sede da Junta de Freguesia, informou que o processo se encontra na fase de avaliação, por parte do Município, dos montantes a alocar a esta obra, que considerou vital para o futuro da instituição, tanto pela melhoria do atendimento à população como pelas condições de trabalho do pessoal. No domínio ambiental, salientou a reconquista da bandeira verde no projeto EcoFreguesias, que demonstra, em seu entender, o compromisso da Junta com as boas práticas ambientais, em articulação com a Câmara Municipal. Referiu ainda que a Junta tem vindo a afirmar-se na dinamização de eventos, bem como no apoio às instituições da área social que trabalham, de forma digna, tanto com as crianças e jovens como com a população sénior. Lembrou, a este propósito, iniciativas como a celebração do Dia do Pescador, o Dia da Criança, os passeios seniores e as marchas populares, entre outras. Concluiu afirmando que a Junta de Freguesia continuará a realizar o trabalho a que se comprometeu junto da população, posicionando-se sempre como parte da solução e nunca do problema, em colaboração com a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal, para que Lagos possa desenvolver todo o seu potencial.-----

-----O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere, Carlos Fonseca (PS), iniciou a sua intervenção referindo-se ao estado do Município num contexto global particularmente difícil, marcado por uma inflação galopante, taxas de juro elevadas como não se viam há muitos anos e por conflitos militares na Europa e no Médio Oriente, impensáveis nos dias de hoje. Considerou que estamos perante o maior desafio coletivo desde a 2.ª Guerra Mundial, com fortes impactos em toda a sociedade. Manifestou o desejo de que a guerra na Ucrânia termine o mais rapidamente possível, no respeito pela integridade e liberdade dos povos, e que o conflito em Israel e Gaza possa ser amenizado com vontade e sensatez. Sublinhou que vivemos tempos novos e difíceis, que marcarão para sempre as nossas vidas pessoais e a nossa vivência coletiva enquanto sociedade. Referiu que o Município de Lagos, à semelhança do país, terá de se reinventar, dando maior apoio às famílias e ao tecido empresarial, promovendo habitação a custos controlados, como já tem vindo a fazer, e reforçando a aposta no setor primário, nomeadamente na agricultura, pecuária e pescas. Defendeu também o investimento nas energias renováveis, não só pela defesa do ambiente e da sustentabilidade ecológica, mas igualmente pela redução da dependência energética do exterior. No plano local, afirmou que tanto o Município como a Freguesia de Odiáxere têm objetivos bem definidos, sendo o apoio às populações a principal prioridade, sobretudo neste contexto de dificuldades e exigências extremas. Assinalou que só depois deverão ser priorizadas as obras previstas, tanto para o concelho como para Odiáxere. Entre essas obras, destacou a urgência da segunda fase de repavimentação das ruas de Odiáxere, a conclusão da requalificação do Mercado Municipal, a construção da rotunda poente e de uma nova rotunda a nascente, a concretização da variante sul e a construção do Centro Interpretativo do Mundo Rural. Reiterou ainda a



necessidade urgente de garantir o abastecimento de água ao Vale da Lama e a Arão, zonas severamente afetadas pela seca. Sublinhou que, apesar de muito já ter sido feito, ainda há muito a concretizar em Odiáxere, acreditando que, com o apoio do Município, essas prioridades se tornarão realidade. Realçou igualmente o trabalho desenvolvido pela autarquia na valorização das origens e do património local, através da investigação sobre os antepassados e o passado recente, consolidando, assim, a identidade do concelho. Concluiu a sua intervenção citando John Lennon, sublinhando a esperança num mundo melhor: “Imagine que não há países, não é difícil de fazer; nada para matar ou morrer, e nenhuma religião também; imagine todas as pessoas vivendo a vida em paz...”.-----

-----O Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Luz, João Reis (PS), referiu que, após a pandemia de COVID-19, verificou-se um regresso à normalidade por parte dos cidadãos e das empresas, sendo que as autarquias acompanharam esta retoma nas atividades de pessoas, bens e serviços. Sublinhou, contudo, que este processo foi novamente confrontado com fatores sociais e financeiros decorrentes dos conflitos internacionais mais recentes. Enfatizou que a Freguesia da Luz continua a ser um local apelativo para viver, gozar férias e lazer, beneficiando de um enquadramento natural único. Referiu que diariamente a Junta se esforça por melhorar a freguesia e torná-la distinta. Destacou o apoio financeiro e logístico prestado às associações e clubes locais, bem como às festas e festivais que decorrem ao longo do ano. Recordou também a realização de iniciativas dirigidas à comunidade, como palestras e um seminário sobre a ETAR e o ecossistema marinho, o desfile de Carnaval, o desfile de Pais Natal em bicicleta e o evento “Viver o Verão”. Relativamente às Grandes Opções do Plano, informou que foi possível proceder à renovação do espaço da Rua da Várzea, à pavimentação em calçada ou pavê em várias ruas da freguesia, à pintura das placas com os nomes das vias, à pintura geral de aquedutos, à limpeza de valas, ribeiros e sargetas, bem como à requalificação e limpeza do gradeamento junto à Avenida dos Pescadores. Com o apoio do Município, foi também possível instalar nova iluminação pública em diversos pontos da freguesia. Deu nota de que está em curso a requalificação do antigo balneário da Luz, que passará a acolher visitantes e a incluir percursos de visita. Informou ainda que se encontram para iniciar os trabalhos de substituição da rede de saneamento da Rua da Liberdade, em Espiche, bem como intervenções na iluminação e na variante norte dessa localidade. Acrescentou que decorrem também obras de beneficiação nas ruas da Amendoeira e da Figueira, na Luz. Concluiu reafirmando que todos estes trabalhos se realizam em prol da freguesia e da sua população, em estreita colaboração com a Câmara Municipal e com outras entidades parceiras.-----

-----O Sr. Presidente da União de Freguesias de Bensafrim e Barão de São João, Duarte Rio (PS), referiu que a União de Freguesias, à semelhança das restantes do concelho, se encontra num processo de mudança, tendo concluído o primeiro ano de exercício das novas competências e preparando já o orçamento para 2024. Informou que uma das apostas será o reforço do quadro de pessoal e a aquisição de maquinaria, retroescavadora e dumpers, de modo a melhorar a capacidade de resposta às necessidades da população. Sublinhou o apoio prestado às associações e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
DE  
LAGOS

Fl. 160v.

instituições locais, contribuindo para o seu desenvolvimento, bem como a valorização do território e das tradições, através da dinamização de eventos de maior expressão, como o FETAAL e a Feira do Folar. Acrescentou que a União de Freguesias tem também dado apoio nas áreas da educação, saúde e ambiente. Na área do desporto, destacou como passo importante a requalificação do campo de futebol de Bensafrim, com substituição do relvado sintético, realizada com o apoio da Câmara Municipal, a que se seguirá a construção dos novos balneários. Referiu, contudo, que, para garantir uma resposta plena às necessidades do concelho, será ainda necessário proceder à substituição da vedação e à correção da iluminação do equipamento, intervenção que considerou difícil de concretizar apenas com os recursos da União de Freguesias.-----

-----**INTERRUPÇÃO DA REUNIÃO:** Neste momento, eram 21 horas e 40 minutos, a Sra. Presidente da Mesa, Maria Joaquina Matos (PS), declarou interrompidos os trabalhos da Reunião para um breve intervalo, tendo os mesmos sido retomados às 21 horas e 55 minutos.-----

-----O Sr. Presidente da União de Freguesias de Bensafrim e Barão de São João, Duarte Rio (PS) fez a seguinte intervenção: “A requalificação de espaços do nosso território são fundamentais para proporcionar uma boa qualidade de vida à nossa população e a todos aqueles que nos visitam, necessitamos de tornar o parque urbano de Bensafrim atrativo e transformá-lo num espaço de lazer de excelência, Espaços públicos da habitação Municipal, outra necessidade que não podemos deixar de registar. São pavimentos, acessibilidades, muros que também contribuirão para a harmonia de todos aqueles que lá vivem. Parque de merendas de Barão de São João um espaço que atrai milhares de pessoas por ano e que carece de uma nova organização assim como a substituição de muitos equipamentos. Necessitamos também de um olhar mais atento para as acessibilidades que tanto nos inquietam, como a estrada do Vale de Asnos, vale de lobo, lagoa da Rosa, Lagarinho e dez Reis. A finalizar, a nova sede da junta de freguesia. Cada vez mais as juntas de freguesia ganham importância junto da população e novas competências. A Vila de Bensafrim necessita de um espaço que reúna todas as condições para garantir com qualidade todos os serviços que disponibiliza e para nos afirmarmos cada vez mais como a casa de todos.”-----

-----O Sr. Fernando Ildefonso (LCF) referiu que, relativamente ao centro histórico e à mobilidade, têm sido elaborados planos, mas sem execução prática. Ano após ano, repetem-se os mesmos problemas de congestionamento entre automóveis e peões. Considerou que a situação deveria ser mais controlada, lembrando que já ocorreram acidentes graves, e questionou o motivo do impasse. Sobre os problemas das irregularidades do alcatrão motivadas pelas raízes dos pinheiros na Avenida da Fonte Coberta, informou que tinham sido notificados de que a mesma iria ser intervencionada, mas que continua a não haver nem estudos nem projetos de intervenção, mantendo-se os riscos para os automobilistas e transeuntes apeados. Defendeu, por isso, um projeto de intervenção que permita resolver esta grave situação. Manifestou também a sua preocupação com o estado acelerado de degradação do património classificado, reconhecendo tratar-se de património



nacional, mas lembrando que a Câmara tem responsabilidades na sua gestão, através das competências de gestão e ordenamento do território. Apontou como exemplo flagrante o buraco visível no paredão do Forte da Ponta da Bandeira, em estado acelerado de degradação, e ao encerramento deste edifício histórico durante todo o verão, situação alegadamente relacionada com razões ligadas com a falta de pessoal. Relativamente à água, referiu que não existe um plano de contingência, quando Lagos é o único concelho do país em situação de “vermelho”, e perguntou ao Executivo Municipal o que pretende fazer neste âmbito. Sobre a ciclovía, afirmou que continua a não haver qualquer sinal que indique qualquer tipo de iniciativa, apesar de haver um plano em aberto, e questionou se será adjudicada. Referiu ainda que, na Praia da Luz, na Rua do Ramalhete, em frente ao Bar Mirage, os moradores aguardam desde sempre pela melhoria dos acessos às habitações, tendo de atravessar lama no inverno para entrar nas suas casas. Criticou também as obras inacabadas, nomeadamente as novas paragens de autocarro, que continuam sem abrigos para passageiros, dando a sensação de trabalhos casuísticos, deixados a meio. Sobre os passadiços da Ponta da Piedade, da 2ª fase, considerou que estão mal concebidos para pessoas com mobilidade reduzida, impedindo a circularidade completa e em segurança pelos passadiços, uma vez que devido à existência de uma extensa escadaria, impedem o retorno à rotunda da Praia D. Ana, obrigando os cidadãos em cadeiras de rodas a retornar ao ponto inicial por onde entraram. Defendeu que, dada a inclinação do terreno, seria possível criar uma saída pela rotunda, ainda que fosse necessária a expropriação de terrenos. Por fim, referiu a ausência de campanhas de esterilização animal, lembrando que esta medida é essencial para prevenir o abandono. Enalteceu, no entanto, o sucesso obtido com a esterilização dos animais de rua.-----

-----Durante esta intervenção houve a apresentação dos seguintes dispositivos:





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

Fl. 161v.



-----A Sra. Ana Paula Viana (CDU) fez a seguinte intervenção: “A nossa participação neste debate sobre o Estado do Município tem um único objetivo, as tomadas de posição, as questões que levantamos, as propostas que apresentamos na Assembleia Municipal não são mais que um contributo para que Lagos seja referenciada pelas melhores razões e para o bem-estar e a qualidade de vida dos nossos munícipes. É isso que hoje tentaremos fazer, mais uma vez, apesar do tempo limitado de intervenção de que dispomos. Focamos alguns aspetos que merecem a nossa crítica pelo não cumprimento da Lei e pela morosidade nos procedimentos. Considerando que a Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro, define o Regime Jurídico das Autarquias Locais, estabelece na alínea d) do ponto 2 do art.º 25.º, Competências de apreciação e Fiscalização, “Solicitar e receber informação, através da mesa e a pedido de qualquer membro, sobre assuntos de interesse para o município e sobre a execução de deliberações anteriores”; Considerando que a referida Lei n.º 75/2013, estabelece ainda na alínea s) do art.35.º, competências do presidente da Câmara Municipal, “Responder, em tempo útil e de modo a permitir a sua apreciação na sessão seguinte da Assembleia Municipal, aos pedidos de informação apresentados nesta; Considerando que o último ponto de situação feito, até julho de 2023 encontram-se sem resposta por parte do Presidente da Câmara à Assembleia Municipal 30 requerimentos dos quais 16 são da CDU. Sendo o mais antigo de 9-11-2021, cujo assunto é ‘Requerimentos sem resposta no Mandato 2017-2021’. Também não tem chegado ao conhecimento desta Assembleia, as respostas dadas atempadamente às intervenções do público. Contratos para a Elaboração de Planos, Estudos e Empreitadas, cujos prazos de execução não têm sido cumpridos, arrastando-se no tempo e a título de exemplo referimos alguns, nomeadamente:

Designação	Data do Contrato	Prazo
Elaboração do projeto de execução de mobilidade Urbana na Cidade- Percursos Cicláveis enquadrado nas ações previstas no PAMUS	22-07-2019	120 dias
Elaboração do projeto de execução para a reabilitação da Biblioteca Municipal Dr. Júlio Dantas introduzindo melhorias nas suas condições de funcionamento de conforto e de segurança	18-11-2019	150 dias
Estudo de Tráfego, circulação e estacionamento de cidade de Lagos	11-02-2020	120 dias
Aquisição de serviços para a elaboração do plano de gestão da estrutura verde urbana de Lagos	23-04-2020	280 dias



Estudo geológico/geotécnico para desenvolvimento do projeto de execução relativo à requalificação e ampliação do edifício da antiga Escola Conde Ferreira e arranjo urbanístico da Praça d' Armas em Lagos	18-12-2020	60 dias
Aquisição de Serviços para a elaboração do Projeto de Requalificação e Ampliação do Edifício da Antiga Escola Conde Ferreira e Arranjo Urbanístico da Praça D'Armas	08-04-2021	165 dias
Aquisição de serviços para a revisão do projeto de "requalificação e ampliação do edifício da antiga Escola Conde Ferreira e arranjo urbanístico da Praça d' Armas em Lagos	15-02-2023	75 dias
Plano estratégico concelhio para a transformação digital, inovação, diversificação e empreendedorismo.	16-12-2021	274 dias
Elaboração de guia do investidor e estudo de suporte a eventual aplicação de benefícios fiscais e redução de taxas a investidores e empresas	20-08-2021	184 dias
Aquisição de serviços para a Revisão do Projeto de remodelação Urbana de S. Sebastião – fase 1 ajustamento	18-08-2017	20 dias
Empreitada de requalificação Urbana de S. Sebastião – fase 1	08-10-2018	365 dias
Atualização do projeto de execução de Requalificação Urbana de S. Sebastião	23-03-2023	30 dias
Mercado de Odiáxere		
Projeto de Execução para a reabilitação do Mercado de Odiáxere	11-08-2020	135 dias
Reabilitação do Mercado de Odiáxere (Empreitada)	08-02-2022	300 dias
Centro Interpretativo do Mundo Rural de Odiáxere		
Projeto de execução para o Centro Interpretativo do Mundo Rural de Odiáxere	11-11-2020	100 dias
Aquisição de serviços de conceção gráfica e fornecimentos de protótipos para Merchandising do Centro Interpretativo do Mundo Rural de Odiáxere	16-03-2023	180 dias
Arriba sob estrada de Acesso ao Edifício Montana Praia D. Ana		
Estudo geológico e geotécnico da Arriba sob estrada de Acesso ao Edifício Montana Praia D. Ana	30-04-2019	60 dias



Fl. 162v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
D E  
LAGOS

Elaboração do projeto nos termos de desenvolvimento proposto pela Agência Portuguesa do Ambiente	22-11-2021	90 dias
Balneário Romano da Praia Da Luz		
Aquisição de serviços para a elaboração do projeto de conservação, valorização e Divulgação do Balneário Romano da praia da luz	10-04-2017	155 dias
Empreitada do Balneário Romano da Praia da Luz- Construção de Centro de Acolhimento ao Visitante e Percursos	20-08-2020	240 dias Abandonaram a obra
Empreitada do Balneário Romano da Praia da Luz- Construção de Centro de Acolhimento ao Visitante e Percursos	06-06-2023	240 dias
Plano estratégico da juventude		
Aquisição de serviços para o desenvolvimento do Plano estratégico da juventude para o concelho de Lagos	08-07-2020	1080 dias
Plano estratégico		
Aquisição de serviços para elaboração do Plano estratégico	29-05-2019	270 dias
Aquisição de serviços para elaboração do Plano de apoio à economia local	23-10-2020	90 dias

Em Relação aos Regulamentos Municipais a situação é a seguinte: Regulamentos em fase de revisão: Regulamento do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos do Município de Lagos (Deliberação n.º 157/2022, tomada em reunião de câmara de 18 de maio) Regulamento de Hortas Sociais e Urbanas do Município de Lagos (Deliberação n.º 136/2022, tomada em reunião de câmara de 20 de abril) Regulamento de Atividades nos Mercados e Feiras de Lagos (Deliberação n.º 112/2022, tomada em reunião de câmara de 6 de abril) Regulamento dos Cemitérios Municipais de Lagos (Deliberação n.º 78/2020, tomada em reunião de câmara de 04 de março) Regulamento e Tabela de Licenças, Taxas e Outras Receitas Municipais (Deliberação n.º 98/2021, tomada em reunião de câmara de 21 de abril) Novos regulamentos previstos *Regulamentos em revisão* mas cujo início do procedimento ainda não foi deliberado: -> Regulamento de Apoio ao Associativismo Cultural; -> Regulamento de Ocupação de Tempos Livres "Viver o Verão"; -> Regulamento Municipal de Apoio ao Arrendamento Privado; -+ Regulamento do Cemitério para Animais de Companhia da Município de Lagos; -> Regulamento do Centro de Recolha e alojamento temporário de cães e gatos do Município de Lagos; -> Regulamento de Prevenção e Controlo do Consumo de Álcool e outras Substâncias Psicoativas dos Trabalhadores do Município de Lagos; Regulamentos novos -> *Regulamento dos Períodos de Funcionamento dos Estabelecimentos de*



*Venda ao Público e de Prestações de serviços do Município - (ainda não foi iniciado o processo de revisão); -> Regulamento sobre o Licenciamento das Atividades Diversas previstas no D.C. n.º 264/2002, de 25-nov., e do DL n.º 310/2002, de 28-dez. - Transferência para as Câmaras Municipais de Competências dos Governos Cívicos; -> Regulamento Municipal de Ocupação de Espaço Público, Mobiliário Urbano e Publicidade no Município de Lagos; -> Regulamento de Ocupação de Espaço Público destinado a Atividades de Carácter não Sedentário na Área do Município de Lagos; -> Regulamento de Gestão de Atividades nas Praias Marítimas do Município de Lagos; -> Regulamento Municipal de Apoio ao Acesso à Habitação de Lagos; Regulamento Municipal de Gestão do 'Arvoredo em Meio Urbano.'-----*

-----A Sra. Manuela Rodrigues (PS) fez a seguinte intervenção: “Tenho ou, temos acompanhado como membros desta Assembleia e como membros da 4ª Comissão especializada permanente na área da Educação, todo o trabalho que tem sido desenvolvido no Município, para a promoção do sucesso educativo no concelho de Lagos. Tem sido evidente para todos que o Mote de trabalho que Norteia este executivo socialista é “Lagos Mais à Frente”, com a máxima “primeiro as pessoas”, onde a Educação é um direito de todos. E, tem sido com este pensamento e esta ação humanista, que as evidencias estão à vista de todos os Lacobrigenses, como é o caso no apoio aos alunos com necessidades específicas, onde as escolas foram apetrechadas com equipamento e material didático específico, p.e. para alunos cegos, a autarquia investiu em máquinas de escrever em braille e outros, promove projetos com atividades inclusivas, tanto em sala de aula como em espaço exterior, p.e. o projeto realizado “Conhecer Lagos através dos sons e dos sabores”, onde os alunos e os cidadãos com deficiência visual têm possibilidade de visitar e desfrutar da cidade de Lagos de forma digna através de experiências estimulantes para a audição, olfato, paladar e tato. Outro relevante apoio que a autarquia fomenta é o apoio com transportes escolares com circuitos especializados, aqui com viaturas camarárias e em parceria com a NECI. Continuando no campo do apoio nos transportes escolares, a autarquia, em 2022, passou a oferecer, através da “Onda”, transportes gratuitos para todos os jovens até aos 18 anos. E, falando de jovens, vale a pena aqui recordar que está em curso o Concurso de Bolsas de Estudo, concurso este, implementado com o Novo Regulamento que esta Assembleia, em boa hora aprovou por unanimidade, visto que o seu âmbito é apoiar financeiramente os estudantes lacobrigenses, independentemente da idade, que pretendem prosseguir os seus estudos tanto no Ensino superior, como no Ensino profissional, caso a oferta não exista no concelho, e que sejam oriundos de agregados familiares desfavorecidos. Ainda no Ensino Profissional, este executivo, em trabalho conjunto e de estreita proximidade com os Agrupamentos Escolares, apostando na construção de estruturas adequadas à formação profissional, contribuiu para a aumentar e a diversificar a oferta formativa para melhor satisfazer os conhecimentos educativos dos n/jovens lacobrigenses, como exemplo temos os recentes cursos de Mecatrónica e de Energias Renováveis, identificados CTE – Cursos Tecnológicos Especializados. Também financiado pelo município, temos, uma sala de aula UAARE, para apoio aos alunos que necessitam conciliar os estudos com a prática desportiva de alta competição, esses alunos-Atletas lacobrigenses têm



ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
D E  
LAGOS

Fl. 163v.

ao seu dispor uma Unidade de Apoio ao Alto Rendimento na Escola, com uma equipa de professores multidisciplinares, equipamento e material educativo específico às suas necessidades. Mas, a par desta promoção e procura do conhecimento, cujo fonte a alimentar é o intelecto, não podemos esquecer que é preciso reforçar a qualidade das refeições escolares, e, aqui esta autarquia tem sido um exemplo pela sua boa prática, implementada na gestão direta dos refeitórios escolares. Pois, através desta gestão e aqui vale a pena expressar um elevado agradecimento, ao pessoal não docente – Assistentes Operacionais - que todos os dias “labutam” e digo labutam, porque é de facto um trabalho c/ elevado esforço, nos n/refeitórios escolares, mas só com pessoas trabalhadoras e dedicadas é possível ver, que, crianças que não gostavam de sopa, hoje comem sopa com um sorriso na cara, e até repetem. A par desta gestão direta dos refeitórios escolares a autarquia também investiu em recursos humanos, na área da nutrição, com o propósito de obter refeições sustentáveis e mais equilibradas, bem como ementas específicas para os alunos com intolerâncias alimentares, que por infelicidade, são cada vez mais com estas fragilidades. Investiu e investe continuamente na dotação das escolas com Assistentes Operacionais num número calculado com um rácio próprio, superior ao do Ministério da Educação dotando as escolas com RH que permitam satisfazer as necessidades efetivamente observadas. Muito mais haveria para dizer, nesta área da Educação, pois não fosse a Educação a base do sustento de todo o ser humano, termino como comecei, com o destaque veiculado no Programa eleitoral do Partido Socialista - a Educação é um direito de Todos.”-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) referiu que a política de habitação não se encontra ajustada às realidades do Município, defendendo a necessidade de disponibilizar um maior número de fogos dirigidos às classes médias. Considerou essencial que o Executivo Municipal cumpra os calendários estabelecidos e que adote medidas concretas, como a isenção ou redução do IMT para jovens, entendida como uma política positiva e um instrumento a utilizar. Propôs a implementação de um regulamento específico de apoio ao arrendamento jovem, bem como a criação de habitação destinada a trabalhadores deslocados de outros municípios, que, sendo uma mais-valia para Lagos, enfrentam dificuldades em fixar-se. Defendeu ainda a criação de um pelouro dedicado exclusivamente à habitação, de forma a articular diretamente com o IHRU e a integrar cooperativas e outras entidades que, atualmente, não podem ser envolvidas devido à organização dos recursos municipais. A nível nacional, considerou necessário repensar a tributação, nomeadamente a taxa de 23% de IVA, que não é reembolsável e pode representar uma carga fiscal efetiva até 38%. Defendeu, por isso, que se deve procurar aliviar este peso fiscal, de modo a facilitar as respostas às necessidades habitacionais.-----

-----A Sra. Dina Cintra (PS) fez a seguinte intervenção: “Tal como a guerra tem consequências monetárias as alterações climáticas também têm consequências ao nível planetário e para isso é necessária uma necessidade ambiental, nos passadiços que é uma obra de grande envergadura é uma mais valia para residentes e visitantes e que preserva os ecossistemas, das arribas e das dunas, também já se falou da ETAR, os odores já foram muito incomodativos mas neste momento já não são,



também já foi referido que no sábado teve-se aqui um seminário A ETAR e a sua influência no ecossistema marinho, referiu que no dia seguinte iriam ter a apresentação do plano de gestão de estrutura verde de Lagos, falou-se também de outras ações que o executivo tem levado a cabo na substituição de iluminação pública devendo ser abrangente e por isso nem tudo está feito, o mandato ainda vai a meio e por venho saudar o executivo e referir ainda estarmos no top 100 nos prémios green destination mundial, por estarmos em 14º lugar dos 59 municípios que concorreram ao projeto Eco XXI e questionou que outras medidas podem ser destacadas apenas três praias com bandeira azul, três praias com a qualidade de ouro e quatro praias acessíveis a todos e desafiar a oposição a continuar a fazer propostas concretas, críticas construtivas ao invés de apontar apenas o que está por fazer.”-----

-----O Sr. Paulo Rosário (CHEGA) fez a seguinte intervenção: “Os passadiços do golf dos Palmares ao Cascade Resort foram a grande obra que se concluiu este ano. Os turistas já podem caminhar em tábuas, apreciar as nossas belezas e justificar o dinheiro com que pagam as suas férias. Mas se Lagos tem estado focado em passadiços no litoral, as populações das freguesias essas continuam deixadas para trás. Uma nota de destaque: Na cidade, houve algumas passeadeiras que foram melhoradas, mas até nas acessibilidades o desastre é assimétrico neste município. Temos um edifício da assembleia municipal ainda inadapado à mobilidade reduzida, e temos uma Junta de freguesia rural que os mais debilitados ficam a 16 degraus de a alcançar Praia da Luz, Almádena, Espiche, mais um ano para a frente, com avanço zero no tratamento das necessidades destas localidades. Barão de São João, Zero Bensafrim, na prática é Zero. Um atrás o Sr. Presidente disse que os 8 apartamentos estariam para entregar até ao final do ano de 2022. Mais um ano passou, ainda não se entregou nenhuma e Bensafrim ficou para trás. Mas corrijo-me, não é zero. Já quase todos os habitantes recebem faturas de água por inteiro. As novas condutas de abastecimento de água é ficarão para depois. (O edifício de 8 apartamentos apenas demorou o dobro do tempo a construir, e que agora todos ansiamos que lá sejam colocadas a morar as 8 famílias mais necessitadas do concelho.) Portelas – Zero, zero, Sargaçal – na prática é Zero, os nove apartamentos que por lá se vão construindo aos poucos, com sorte talvez esteja pronto para o ano. Chinicato – Zero, zero, Odiáxere – Zero, o ano passado tínhamos um mercado na fase estrutural e este ano assim continua. Das rotundas faltava algo que a Estradas de Portugal havia pedido para se começar a rotunda a Poente. E agora deve faltar mais alguma coisa pois obra, nem vê-la. O Sr. Presidente faz precisamente um ano falou que o Centro interpretativo estava na fase final. Só não falou que fase final era, talvez esteja na fase final de estudo. Também falou que estava o Saneamento e abastecimento em projeto, mais um ano depois, daí não passou. E podíamos falar aqui de uma centena de caminhos que continuam sem arranjo, ou estradas em que a sinalização horizontal desapareceu, tudo marcas de quem não se interessa por quem vive afastado da praia.”-----

-----O Sr. David Roque (BE) questionou quando é que o Município irá assumir uma posição relativamente à plantação de abacateiros, que, segundo afirmou, consomem recursos hídricos já de si escassos. Relativamente à infância e juventude,



# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

Fl. 164v.

defendeu a necessidade de garantir a cobertura integral das creches, ampliar a rede de parques infantis no concelho, construir uma nova escola e proceder à climatização dos estabelecimentos escolares, que se encontram mal preparados para temperaturas extremas, quer altas quer baixas. No que respeita ao ensino superior, referiu as baixas taxas de frequência e defendeu a criação de condições que permitam aos jovens prosseguir estudos, lembrando que a localização periférica de Lagos é um fator de condicionamento. Salientou que, para fixar os jovens, não basta formá-los, sendo também necessário garantir habitação acessível. Considerou que a ausência de habitação a preços comportáveis leva à não fixação dos jovens e contribui para a chamada “fuga de cérebros”, enquanto, em contrapartida, se recorre a mão de obra imigrante com remunerações mais baixas. Referiu ainda a quase inexistência de ciclovias no concelho. Quanto aos idosos, defendeu que é fundamental garantir cuidados de saúde pública funcionais, credíveis e disponíveis, lembrando que a falta de médicos de família tem vindo a agravar-se.-----

-----O Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, Paulo Jorge, referiu-se a alguns projetos que integram a estratégia do Município, assente em cinco parâmetros: correção de problemas hidráulicos; correção de condutas mal dimensionadas; eliminação de patamares induzidos desadequados; modelação da rede em todo o Município; e obtenção de pressões adequadas na rede. Explicou que esta estratégia implica ainda a setorização da rede, com a criação de zonas de medição e controlo, a localização e reparação de fugas de água e a substituição criteriosa do parque de contadores. Sublinhou que se trata de uma estratégia global para todo o concelho, baseada em informação proveniente do PRR. Informou que a Câmara Municipal realizou um investimento de oito milhões de euros e apresentou candidatura no valor de nove milhões, perfazendo um total de dezanove milhões de euros, correspondentes a dezassete obras, sendo que a primeira fase do aviso representa três milhões de euros.-----

-----Esta intervenção teve a apresentação dos seguintes diapositivos:





-----A Sra. Maria João Batista (PS) afirmou que o direito à saúde é um direito universal, salientando a importância dos tratamentos e da prevenção da doença. Destacou a implementação de diversos projetos e programas, considerando positivo o facto de o Município de Lagos se ter preparado para receber as novas competências na área da saúde. Informou que foi elaborado um estudo sobre o estado da saúde no concelho, no qual foram detetados vários problemas, nomeadamente a falta de médicos e o aumento da população sem os mecanismos adequados de resposta. Entre as recomendações desse estudo, salientou-se a necessidade de melhorar os cuidados de saúde e o bem-estar, através da criação de parcerias, bem como a ampliação e redimensionamento do Centro de Saúde, de forma a integrar diferentes unidades operacionais. Referiu que é com satisfação que se registou a criação do Centro Oftalmológico de Lagos, no qual o Município investiu cerca de 37% do valor total e que veio dar resposta às listas de espera na região do Algarve. Contudo, sublinhou que ainda há muito a fazer. No que respeita aos cuidados de saúde primários, destacou algumas medidas positivas, em parceria com a ARS Algarve, que irão permitir investimentos estruturais no âmbito do PRR. Advertiu, porém, para o crescente êxodo de médicos de medicina geral e familiar, em particular do Serviço Nacional de Saúde. Considerou, por isso, urgente encontrar soluções para a contratação de profissionais de saúde, nomeadamente médicos e enfermeiros, de modo a garantir que os cuidados de medicina primária sejam acessíveis a todos. Questionou ainda de que forma se poderá contribuir para ultrapassar este problema e responder a esta necessidade.-----

-----O Sr. Paulo Rosário (CHEGA) referiu, relativamente à intervenção do Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, que o investimento anunciado corresponde a 19,9 milhões de euros, praticamente todo destinado à substituição de condutas, o que considerou excessivo. Acrescentou que se verifica, a seu ver, uma aproximação do PS à extrema-esquerda, recordando a rejeição da celebração do 25 de Novembro e associando essa posição a uma tentativa de reverter privatizações, mencionando, como exemplo, a TAP. Referiu ainda que, de forma semelhante, não se condena o terrorismo, manifestando preocupação pelo facto de, em seu entender, o Município estar a enveredar por um caminho negativo.-----

-----O Sr. Paulo Morais (PS) fez a seguinte intervenção: “Merece o executivo municipal uma saudação pela sua boa gestão financeira. Conforme se atesta no Anuário Financeiros dos Municípios Portugueses de 2022 da Ordem dos Contabilistas Certificados, o município de Lagos tem um património líquido de 288,67 milhões de euros e o indicador Índice de Dívida Total 2021 é de 26,7%. (pág. 423). No ranking global dos municípios portugueses de média dimensão, na lista dos 100 melhores classificados, Lagos apresentou-se na 11.ª posição em 2022, em 2021 estava na 13.ª e em 2020 na 21.ª, logo, está numa trajetória de melhoria. De notar que nos 20 municípios com melhor Grau de execução da despesa relativamente aos compromissos assumidos, Lagos aparece em 10.º lugar. De realçar que, dos 20 municípios com maior grau de execução do saldo efetivo na ótica dos compromissos, Lagos aparece em 8.º lugar. Isto quer dizer que, apesar das dificuldades que as entidades públicas têm na contratação, Lagos apresenta um bom



ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
DE  
LAGOS

Fl. 165v.

desempenho. Lagos aparece em 12.º lugar no indicador de Resultados Económicos Líquidos. Conclui-se que estamos perante uma gestão prudente, mas que não descarta as suas funções sociais, bem como o investimento, apesar das grandes dificuldades com que as entidades públicas se deparam para contratar quem lhes faça as obras. A política fiscal do município de Lagos é a mais favorável possível para os seus munícipes, no IMI, devolvendo totalmente o IRS variável e sem derrama. Continua a não haver Derrama em 2024, o que significa uma poupança para as empresas de cerca de um milhão e cem mil euros. Continuam-se a ser desenvolvidas as políticas públicas de pendor social e de solidariedade, bem como, de fortes apoios ao desporto, educação, cultura e economia local, mas com controlo e rigor nas contas municipais, em cumprimento do programa eleitoral do PS/Lagos.”-----

-----A Sra. Vereadora Sandra Oliveira reforçou o eixo 4 das Grandes Opções do Plano, no âmbito do plano estratégico “Lagos Mais Próximo das Pessoas”. Salientou o significativo incremento nos serviços de atendimento ao público, registando-se, relativamente a 2022, um acréscimo médio de 1.520 atendimentos por mês, o que corresponde a cerca de 100.000 atendimentos anuais. Referiu que o atendimento presencial aumentou 20%, com maior incidência nas áreas do urbanismo, do licenciamento de atividades e da ação social. Destacou também o aumento de 40% nos atendimentos do call center e, com a implementação do contact center, a existência de um atendimento mais direcionado, traduzindo-se em cerca de 2.240 atendimentos mensais. Informou ainda que os atendimentos no gabinete CLAIM registaram um aumento de 150%, tendo deixado de existir listas de espera. Sublinhou que são atendidos cidadãos de 59 nacionalidades diferentes. No Espaço Cidadão verificou-se um aumento de 50% dos atendimentos, abrangendo diversos assuntos. No Espaço Empresa, o número de atendimentos duplicou, atingindo uma média de 75 por mês, prestando apoio às empresas. Também o atendimento no Tribunal Arbitral e no Gabinete de Apoio ao Investidor (GAI) duplicou face ao ano anterior. Relativamente a projetos em curso, referiu a modernização dos canais de comunicação, a harmonização de procedimentos e a formação prestada em diferentes âmbitos, nomeadamente no atendimento a cidadãos com deficiência. Salientou a maior divulgação dos serviços através das redes sociais, flyers e outros meios. Recordou que o GAI apresentou um desempenho mais consistente, por ter sido criado no ano anterior, e que o CIAP reforçou a sua divulgação junto do tecido empresarial, incluindo na Fábrica do Empreendedor e através de aulas na Universidade Sénior entre setembro e dezembro. No CLAIM, destacou a reunião realizada com o Alto Comissariado para as Migrações e com a ACT, sublinhando a importância de promover formações que melhorem o acesso de empregadores e trabalhadores aos seus direitos e obrigações. Referiu ainda a colaboração com o SEF, através da recolha de dados biométricos. Por fim, informou que está em fase inicial a implementação do Espaço Cidadão Sénior e que, em breve, será disponibilizado o Espaço Cidadão Móvel.-----

-----O Sr. Vereador Luís Bandarra respondeu, relativamente à questão da iluminação pública, que já foi investido um montante de 500.000,00 € (quinhentos



mil euros), abrangendo toda a cidade. Este investimento permitiu alcançar uma eficiência energética de 80%, traduzindo-se numa redução de 96 toneladas de emissões de CO<sub>2</sub>. Informou que existe um contrato com a empresa E-Redes que possibilita a instalação de luminárias quase a custo zero, as quais irão substituir progressivamente as existentes, permitindo reduzir em 50% a utilização de vapor de sódio. Explicou ainda que a eficiência das luminárias só é assegurada quando instaladas a cada dez metros. Relativamente aos espaços ajardinados, referiu que, nos últimos dois anos, foram reconvertidos cerca de 50.000 m<sup>2</sup> (cinquenta mil metros quadrados), o que corresponde a uma poupança de aproximadamente 3.000 m<sup>3</sup> (três mil metros cúbicos) de água. Acrescentou que estes espaços estão a ser transformados em áreas arborizadas, de forma a garantir compensação ambiental. No domínio da educação ambiental, destacou o projeto de monitorização do lixo marinho, desenvolvido em parceria com a Agência Portuguesa do Ambiente, bem como outros projetos de sensibilização nesta área.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) referiu que não foi aproveitada a revisão do PDM. Relativamente ao ambiente, sublinhou que não se trata da plantação de quinhentas árvores, mas sim de mais de mil, tendo, no entanto, sido retiradas muitas outras. Criticou ainda a ausência de referência às plantações de abacateiros que, em tempo de seca, agravam o problema da escassez de água. Sobre o 25 de Novembro, afirmou que todos recordam os Capitães de Abril, mas que poucos se lembram daqueles que, nesse dia, perderam a vida na defesa da democracia e da liberdade. Mencionou, em particular, o Tenente José Coimbra e o Furriel Joaquim Pires, considerando que estas figuras merecem maior respeito nesta Assembleia, por terem morrido em nome de todos os portugueses.-----

-----O Sr. Presidente da União de Freguesias de Bensafrim e Barão de São João, Duarte Rio (PS), referiu que, ao falar-se apenas nos oito fogos de habitação, se esquece que foram também concretizados outros investimentos, como a requalificação do edifício da antiga paragem para edifício multiusos e a requalificação do estádio, com a substituição do relvado e a construção de novos balneários. Reconheceu que é desejável ir mais longe, mas sublinhou que não se pode afirmar que não exista investimento.-----

-----A Sra. Vereadora Sara Coelho afirmou que há muita obra realizada e que, à medida que se vai avançando, surgem inevitavelmente novos problemas, uma vez que a sociedade está em constante mudança. Sublinhou que, apesar de muito já estar feito, continua a haver muito por concretizar, sendo que o Executivo se foca no que se propôs realizar. Acrescentou que Lagos não está isolado do mundo e que o concelho sofre as influências externas, pelo que muitas dificuldades não resultam apenas da ação municipal. Considerou, por isso, que o papel da autarquia é procurar mitigar essas causas e essa realidade. Relativamente à habitação, destacou que o Município está a avançar mais do que outros concelhos do país, lembrando que a construção de novas casas não se faz de um dia para o outro. Na área da educação, referiu que têm sido adotadas medidas para melhorar as condições das escolas. No domínio da saúde, salientou a aposta em recursos direcionados para a população sénior, contribuindo para a melhoria dos cuidados no concelho. Quanto à ação



ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
D E  
LAGOS

Fl. 166v.

social, apontou o reforço das medidas já existentes. Concluiu destacando a área da cultura, que, segundo afirmou, tem trazido novas iniciativas ajustadas à realidade e às necessidades do concelho.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, relativamente à ciclovia da Luz, afirmou que dizer que não foi feita é desconhecer a obra realizada. Recordou que, na Meia Praia, já existe há vários anos uma ecovia e que recentemente foi construída outra, paralela à linha de comboio, sublinhando que não faz sentido duplicar obras, mas sim executá-las quando se justifica. Quanto à ETAR, referiu que, embora não tenha podido estar presente na sessão anterior, pelas intervenções que ouviu ficou claro que foi transmitida a verdade. Informou que muito do que estava por fazer já se encontra em fase adiantada, correspondendo o investimento realizado a mais de 16.000.000,00 € (dezasseis milhões de euros), decisão já tomada. Relativamente às escolas do 2.º e 3º ciclo, informou que a situação da Escola das Naus se encontra numa fase muito adiantada, e que a ampliação da Escola Tecnópolis irá avançando gradualmente, de modo a resolver as necessidades existentes e a criar uma zona de proteção escolar. No domínio da saúde, referiu que não há ninguém mais insatisfeito do que o próprio Município pela dificuldade em garantir mais médicos. Sublinhou que a construção de um novo hospital, a concretizar-se, teria as mesmas valências do Hospital de Lagos, não resolvendo o problema da ausência de especialidades. Quanto aos cuidados de saúde primários, explicou que são abertos concursos para médicos de família, mas estes não se candidatam, tornando urgente a ampliação e capacitação do centro de saúde. Sobre o património, esclareceu que a situação permanece pendente, estando-se a aguardar a abertura de avisos no âmbito do Portugal 2030 e do PRR para apresentar candidaturas, cujos projetos estão já em elaboração, de forma a avançar logo que possível, dado o volume do investimento necessário. Concluiu afirmando que todos estão a trabalhar para construir um Lagos melhor, reconhecendo que ainda há muito a fazer, mas reiterando que o objetivo comum é alcançar um concelho com melhores condições para todos.-----

-----O Sr. Fernando Ildefonso (LCF) informou que tem havido alguma confusão entre o plano de contingência e as medidas pontuais, resultado da influência de diversos planos que acabam por se sobrepor.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) referiu que os problemas só se resolvem fazendo.---

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, considerou que o debate foi produtivo. Referiu que o facto de muitos assuntos se repetirem demonstra a exigência do concelho, salientando que, sendo Lagos um concelho extenso e muito estimado por todos, é essencial que o debate prossiga, como acontece também noutras reuniões.-----

-----A Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Maria Joaquina Matos (PS), afirmou que a Assembleia cumpriu o seu papel de fiscalização e que a oposição desempenhou igualmente o seu papel, criticando e apresentando propostas. Concluiu que todos saem com a sensação de que muito foi feito, mas de que muito continua por fazer, lembrando que este percurso se iniciou em 2022 e que o



caminho vai sendo trilhado diariamente. Citou Churchill, ao afirmar que “uma boa oposição faz uma boa governação”, e terminou desejando a todos um bom trabalho.

-----**ENCERRAMENTO DA SESSÃO:** Assim a Sra. Presidente da Mesa, Maria Joaquina Matos (PS), deu por encerrada a Sessão eram 23 horas e 58 minutas de onde foi extraída a presente Ata que eu, Maria Paula Dias da Silva Couto, 1.<sup>a</sup> Secretária da Mesa da Assembleia Municipal de Lagos, mandei lavrar, subscrevi e assino juntamente com a sua Presidente, Sra. Maria Joaquina Baptista Quintans de Matos.-----

.....  
.....  
-----